

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da quarta audição regimental na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional

Assembleia da República, Lisboa, 24 de junho de 2020

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O tempo é sempre escasso, por isso, se me permitirem, irei avançar já para as questões de substância que nos trazem aqui.

Primeiro, e considerando que estamos em fase final de ano legislativo, gostaria de elencar alguns dos temas que me parecem mais pertinentes neste final de ano parlamentar muito atípico.

E começo por **sublinhar o trabalho diligente desta Comissão relativo ao Estatuto do Antigo Combatente**. Embora permaneçam diferenças, acredito que será possível encontrar um consenso em torno **das principais reivindicações dos antigos combatentes portugueses, na medida do que é política e financeiramente possível neste momento**.

Assim, e sabendo que a Sra. SERHAC será ouvida ainda esta manhã pelas Sras. e Srs. Deputados, gostaria apenas de exortar a Assembleia da República a tomar um passo histórico, ao fim **de mais de quatro décadas**. Estou confiante que **existem as condições para se adotar um Estatuto com amplo consenso entre as forças políticas com representação na Assembleia da República**. O Governo permanece disponível e empenhado na materialização do Estatuto do Antigo Combatente.

Segundo ponto, estes últimos meses representaram um **teste único à capacidade do nosso país em responder a uma crise complexa**, que exigiu toda a nossa determinação, todos os nossos recursos, toda a nossa confiança. Como tive já ocasião de aqui sublinhar, **a Defesa Nacional passou este teste com brio, demonstrando as suas competências únicas no planeamento e condução de operações e no apoio à proteção civil e às instituições nacionais**. Tive ocasião recentemente de sublinhar o reconhecimento do Governo e de toda a sociedade, através da **condecoração de 40 militares, de todas as patentes e das mais diversas áreas**.

Mas temos todos consciência que a pandemia ainda não terminou. Continuamos atentos à sua evolução e a uma possível uma nova vaga. Ainda na semana passada **ativámos o Centro de Apoio Militar - COVID 19**, com uma equipa de 55 pessoas, incluindo médicos e técnicos do Exército, a pedido do SNS.

Terceiro, a nível internacional, fomos ativos, identificando lições e reforçando o diálogo e a cooperação. Portugal teve um **papel central e pioneiro em mobilizar a defesa europeia** para reagir à atual crise, apoiando a salvaguarda a integridade operacional das missões da União. Na Aliança Atlântica, as lições aprendidas a partir da compilação de informação promovida por Portugal, foram colocadas à disposição dos Aliados para o desenvolvimento de um modelo concetual sobre o emprego das Forças Armadas em situações de pandemia.

Manifestámos também a **solidariedade com os nossos parceiros de língua portuguesa em África e Timor de Leste**, mantendo a nossa presença e colaborando na partilha de lições e na disponibilização de equipamentos.

Portugal continua empenhado nas missões da UE e da ONU em países como o Mali e a República Centro Africana, com algum protagonismo, aliás, como se demonstra pelo facto de o General Boga Ribeiro ter concluído recentemente 6 meses de comando da Missão da União Europeia no Mali, ou de o comando da missão europeia na República Centro Africana ser assumido por um oficial general português, pela segunda vez, já a partir de setembro.

Quarto, a pandemia da COVID-19 dirigiu as nossas atenções a **questões de saúde pública, mas é importante reter que na perspetiva da Defesa Nacional devemos pensar nesta pandemia não como caso único e irrepetível, mas antes como *um exemplo* do tipo de ameaças que podem confluir num determinado momento, como sejam ataques cibernéticos, eventos climáticos extremos, usos ou abusos de biotecnologia, sempre a par da desinformação que se tornou uma presença constante nas nossas sociedades. Temos, por isso, uma necessidade permanente de preparar o nosso país e as nossas Forças Armadas para **respostas cada vez mais articuladas entre a dimensão civil e militar e entre o planeamento e a execução operacional das missões de apoio militar de emergência**.**

Esta é uma das prioridades da **presidência portuguesa da UE**: trabalhar para uma melhor coordenação da dimensão militar no quadro da PCSD, na resposta a emergências complexas e na melhoria da articulação com a Proteção Civil;

É uma prioridade também refletida na nossa **Lei de Programação Militar**, quando privilegamos o duplo-uso e as capacidades como a ciberdefesa, a sustentação logística, e os meios de apoio às populações, entre outros. A esse respeito, queria dizer que mantivemos, apesar da pandemia e dos seus impactos nas empresas de aviação, o calendário previsto para a entrega dos novos C-390, e procedeu-se ainda à realocização das infraestruturas para Beja, com a adaptação da Base Área n.º 11;

E é uma prioridade quando avançamos dossiers que visam **preparar as nossas Forças Armadas para os desafios da próxima década**. Estamos a trabalhar numa estratégia da defesa nacional para o **Espaço**. Estamos a rever a RCM sobre a **BTID** e a promover ativamente a participação da indústria nacional nos projetos europeus, e contamos já com o sucesso de seis entidades portuguesas a participar em projetos aprovados no plano europeu.^{1 2}

¹ **ESC2** - *System from Strategic to Tactical level for CSDP missions and operations* – **EDISOFT e EMPRESA DE ENGENHARIA AERONÁUTICA E AUTOMÓVEL, S.A** (com apoio institucional do MDN).

PANDORA - Cyber Threat Intelligence & Incident Response Information Sharing Platform - GMV, CINAMIL e INESC TEC (sem apoio institucional do MDN).

² **SPINAR** - Spin-based hardware artificial neural network for embedded RF processing. Laboratório Ibérico de Nanotecnologia

É para estes objetivos que concorrem os esforços do Governo para tornar a **participação do Estado na Economia da Defesa** mais adequada às novas realidades no setor. A finalização do processo de criação da nova *holding* da Defesa é um passo que estamos prestes a concluir, no final desta semana, e que visa tornar a nossa ação mais coerente e mais eficiente.

A reestruturação das Participações Públicas na Economia de Defesa **contribui para dois objetivos fundamentais do Programa do Governo**: assegurar a qualidade e o controlo da despesa pública; e consolidar o papel do Estado na gestão das participações públicas no setor.

Este passo representa o **reforço de um centro público de decisão empresarial** que permitirá alavancar os novos instrumentos financeiros, nacionais e europeus, assegurando a racionalização e viabilização económica da gestão dessas participações. Esta é uma exigência crucial no atual momento que atravessamos, e permite-nos garantir que a Economia da Defesa será um pilar na recuperação da economia portuguesa, no curto-prazo, e ao longo da próxima década.

Hoje, os setores da indústria da Aeronáutica, Espaço e Defesa representam já um volume de faturação agregado superior a 1,7 mil milhões de Euros. Os valores de exportação rondam os 90% e mobilizam mais de 18.500 recursos humanos. O Estado detém participações em empresas que asseguram, já hoje, 2600 empregos, e um volume de negócios em torno dos 350 milhões de Euros, sendo o maior conglomerado

do setor. Estes dados demonstram a seriedade e responsabilidade da tutela pública sobre o setor e exigem-nos as melhores respostas.

Por fim, quero referir-me ao trabalho relativo aos desafios do **recrutamento e retenção**. Sem militares de qualidade e em quantidade suficiente não teremos as Forças Armadas que precisamos. Sublinharia, por isso, as seguintes medidas já em curso:

- A liderança do General Valença Pinto na Comissão Técnica de Acompanhamento da implementação do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, que está já em funções;
- A conclusão, há poucos dias, do processo de criação do Conselho Sectorial para a Qualificação (CSQ) Defesa e Segurança, representando um passo fundamental na certificação da formação ministrada nas Forças Armadas, valorizando-a e valorizando o percurso militar.
- A retoma gradual dos cursos de formação para integração de militares no Quadro Permanente – de Sargentos no caso da FAP e de Praças no caso do Exército.
- E o processo de promoções para 2020 que estamos a finalizar, onde sublinharia o enfoque na promoção das patentes mais baixas.

Há outras medidas, por exemplo relativas ao Regime de Contrato Especial e ao estudo para a criação de de um Quadro Permanente para a Categoria de Praças no Exército e na Força Aérea que continuamos a desenvolver, mas terminaria por aqui.

Muito obrigado.